



Reunião Magna da Farmácia

Intervenção de Sónia Correia, Sindicato Nacional dos Farmacêuticos

O apoio que o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos manifesta à acção “Farmácia de Luto” tem como objectivo fundamental a dignificação da actividade profissional dos farmacêuticos num âmbito geral.

O Sindicato Nacional dos Farmacêuticos tem sido diariamente solicitado para mediar conflitos laborais, em que o farmacêutico é a primeira vítima da actual conjuntura financeira que atinge negativamente o sector das farmácias. Como consequência cresce o desemprego e o trabalho precário com remunerações e condições muito abaixo do real valor que deve ser atribuído a um farmacêutico, ao qual lhe é exigida elevada formação académica e curricular.

A maior percentagem de encargos fixos das farmácias está relacionada com os salários, nomeadamente o dos farmacêuticos, por estes serem mais elevados.

Uma das formas de diminuição da despesa, com impacto imediato, tem sido o despedimento de farmacêuticos, muitas vezes, com total desrespeito pelos aspectos éticos e legais subjacentes à situação.

É inegável a constatação de que, por imposição sucessiva de políticas irresponsáveis e desreguladas ao sector do medicamento e da farmácia, estas têm sido forçadas, em curto espaço de tempo, a efectuar grandes adaptações não só nos aspectos logísticos, mas também na área dos recursos humanos.

Mais uma vez, os farmacêuticos souberam corresponder mantendo-se fiéis no profissionalismo que os caracteriza.

Em todo este período, têm sido sensíveis às dificuldades e perceberam que teriam também de aceitar maior flexibilidade e negociar algumas cedências, de forma a darem o seu contributo para a manutenção da viabilidade financeira das farmácias.

São exemplo, a implementação do regime de banco de horas, o alinhamento da remuneração do trabalho suplementar, dos dias de férias e feriados pelo regulado na Lei Geral, bem como da possibilidade dos novos contratos serem feitos com base em remunerações substancialmente mais baixas.



Porém, neste enquadramento, torna-se cada vez mais difícil manter os farmacêuticos motivados para a sua actividade diária.

Praticamente todos têm de conviver com cortes salariais e de subsídios; alguns ainda, com o não cumprimento de obrigações legais relativamente ao trabalho suplementar e às cargas horárias. Esta situação é agravada, em muitos casos, pela inexistência de diálogo entre a entidade patronal e a equipa, bem como pela imposição de regras e limitações que colocam em causa a postura profissional do farmacêutico no seu local de trabalho.

O agravamento da situação financeira irá também, forçosamente, ter reflexos negativos na área dos serviços farmacêuticos. Estes são um contributo valioso, e reconhecido pela sociedade, para a saúde pública. No entanto, acarretam investimento de tempo e disponibilidade de farmacêuticos, de equipamento e material, por parte das farmácias.

Na verdade, está em risco todo o modelo de farmácia actual. As farmácias mostraram comprovadamente que o seu modo de funcionamento e dinâmica constituíam um modelo de excelência, vocacionado para o serviço de saúde, ao utente, com qualidade, facilmente acessível e a baixo custo, sempre com profissionais especializados e altamente qualificados, os farmacêuticos.

É impensável diminuir a qualidade dos serviços prestados nas farmácias porque, a par da perda de utentes para os Locais de Venda de Medicamentos sem Receita, também sairá abalada toda a dignidade e credibilidade que as farmácias conseguiram alcançar, fruto de muito trabalho técnico científico ao longo de muitos anos. As farmácias precisam dos farmacêuticos para não perderem valor, para se distinguirem pela diferença e pela qualidade, como sempre aconteceu.

É preciso valorizar o acto farmacêutico. O desenvolvimento de novas áreas de acção e serviços diferenciados nas farmácias, fazendo uso da qualificação e formação dos farmacêuticos, será sem dúvida uma das formas de criar dinamismo no sector e rentabilizar os recursos humanos, resultando ainda em mais valias financeiras para a farmácia.



O contributo das farmácias, no âmbito dos cuidados de saúde primários à população envolvente, é reconhecido e deve ser valorizado cada vez mais, forçando as entidades institucionais competentes a legislar nesse sentido.

Nesse âmbito, o SNF defende que, as garantias de viabilidade e qualidade, necessárias para a implementação e sustentabilidade deste merecido alargamento e reforço de competências, só poderão ser verdadeiramente asseguradas se os farmacêuticos forem a força motora do processo através de uma presença activa e preferencial nas farmácias.

É evidente que o maior resultado desta acção de sensibilização foi confirmar, e fazer prova ao Governo, que a população portuguesa não quer perder as suas farmácias, nem o seu farmacêutico.

Esta é a maior justificação para não desistirmos.

Lisboa, 13 de Outubro de 2012